



Judiciário, direitos humanos e produção científica da magistratura: uma análise das dissertações do Mestrado Profissional da ENFAM sob a lente do institucionalismo discursivo

Judiciary, Human Rights and Research Produced by Judges: An Analysis of Dissertations from ENFAM's Professional Master's Program through the Lens of Discursive Institutionalism

Resumo: Este artigo analisa a produção científica do Mestrado Profissional da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) entre 2022 e 2024, com o objetivo de compreender quais ideias sobre o Poder Judiciário emergem das dissertações e de que modo essas pesquisas mobilizam discursos relacionados aos direitos humanos. Adota abordagem qualitativa de natureza empírica e documental com levantamento de 79 dissertações disponíveis no repositório eletrônico da ENFAM e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. A análise de conteúdo foi orientada pela perspectiva do institucionalismo discursivo, articulando contribuições do Direito, da Ciência Política e da Sociologia. Os resultados indicam que as dissertações constituem espaços nos quais é possível identificar narrativas institucionais e enquadramentos discursivos acerca do Poder Judiciário. A pesquisa contribui para os estudos sociojurídicos ao demonstrar como a produção científica da magistratura constitui fonte empírica relevante para compreender narrativas institucionais sobre o Poder Judiciário e direitos humanos.

Palavras-chave: Poder Judiciário; produção científica; ENFAM; Direitos Humanos; institucionalismo discursivo.

Abstract: This article analyzes the scholarly output of the Professional Master's Program at the National School for the Training and Improvement of Judges (ENFAM) between

2022 and 2024, with the aim of examining the ideas about the Judiciary that emerge from the program's dissertations and how these studies mobilize discourses related to human rights. The research adopts a qualitative empirical and documentary approach based on a survey of 79 dissertations available in ENFAM's institutional repository and the CAPES Theses and Dissertations Catalog. Content analysis was guided by the perspective of Discursive Institutionalism, drawing on contributions from Law, Political Science and Sociology. The findings indicate that the dissertations constitute spaces in which it is possible to identify institutional narratives and discursive framings concerning the Judiciary. The study contributes to socio-legal scholarship by demonstrating how the scholarly output of members of the judiciary constitutes a relevant empirical source for understanding institutional narratives about the Judiciary and human rights.

Keywords: Judiciary; scholarly output; ENFAM; Human Rights; discursive institutionalism.

Linara Oeiras Assunção

Doutora em Direito e Justiça. Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: linara@unifap.br
ORCID: 0000-0002-5875-0483

Julia Ximenes

Pós-doutora em Direito. Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. E-mail: juliamximenes@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6154-4122>

DOI: <https://doi.org/10.18616/rdhs.v9i2.10698>

Recebido: 10-03-2026

Aprovado: 28-05-2026



PPGD

INTRODUÇÃO

O Poder Judiciário brasileiro ocupa posição central na mediação de conflitos sociais, na garantia de direitos e na produção de sentidos normativos que estruturam a vida pública e privada no país. Nas últimas décadas, observou-se o fortalecimento do Judiciário não apenas como órgão de controle, mas também como ator relevante na formulação de políticas públicas e na configuração de agendas institucionais (Alves da Silva e Arena Filho, 2020).

Nesse contexto, ganha relevância a análise das formas como os próprios magistrados constroem, reproduzem ou contestam discursos sobre o papel, os limites e as funções do Judiciário. Também ganha relevância a análise sobre como vêm incorporando agendas contemporâneas de direitos humanos, especialmente no que se refere ao acesso à justiça, à inclusão de grupos vulneráveis, à igualdade de gênero e à ampliação de mecanismos participativos na administração da justiça.

Torna-se, então, questão relevante para os estudos sociojurídicos contemporâneos compreender como a própria magistratura interpreta e incorpora a agenda de direitos humanos. Para tanto, a produção científica desenvolvida em programas de pós-graduação *stricto sensu* nas escolas judiciais pode revelar como determinadas concepções sobre igualdade, acesso à justiça e proteção de grupos vulneráveis são internalizadas no campo institucional da magistratura.

Este é o contexto do objeto deste trabalho. As dissertações produzidas no Mestrado Profissional da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) constituem um campo empírico privilegiado para observar como magistrados constroem interpretações sobre o papel do Judiciário, sua identidade institucional e sua relação com agendas contemporâneas de direitos humanos.

A produção acadêmica do corpo discente da ENFAM pode ser compreendida como expressão de capital simbólico (Bourdieu, 1989; 1996) mobilizado por atores do campo judicial. Esta influência é conhecida como isomorfismo institucional (DiMaggio e Powell, 1983), pois as instituições buscam semelhança àquelas que

demonstram eficiência e possuem maior poder e capital simbólicos. Em razão da posição institucional ocupada pela ENFAM, tais pesquisas podem contribuir para a circulação e legitimação de determinadas ideias no âmbito do Sistema de Justiça, hipótese cuja verificação demanda investigações específicas.

Nesse sentido, a presente pesquisa parte de duas questões norteadoras: Quais ideias sobre o Poder Judiciário brasileiro emergem da produção científica do Mestrado Profissional da ENFAM? E de que maneira essas pesquisas mobilizam ou incorporam discursos relacionados aos direitos humanos na interpretação do papel institucional da magistratura?

A articulação dessas duas questões permite entender as dissertações da ENFAM não apenas como produtos acadêmicos, mas como espaços em que é possível identificar a produção e circulação de narrativas institucionais sobre o papel institucional do Judiciário na promoção de direitos. As pesquisas retratam em quais termos os atores do campo judicial têm se mobilizado no campo acadêmico profissional.

Para responder a essas questões, a pesquisa adota uma metodologia de abordagem qualitativa com viés empírico e baseada em pesquisa documental (Gil, 2019) no repositório eletrônico de dissertações da ENFAM¹. Apresenta um levantamento de 79 dissertações defendidas entre os anos de 2022, 2023 e 2024. Realiza uma análise de conteúdo inspirada no institucionalismo discursivo (Schmidt, 2008; 2010; Campbell, 2002), articulando contribuições da Sociologia do Direito (Gomes, 2018) e da teoria do poder simbólico (Bourdieu, 1989; 1996).

Realizou-se leitura exploratória dos títulos, resumos e introduções das dissertações, seguida de codificação temática e agrupamento em categorias analíticas por meio de análise de conteúdo inspirada em Bardin (2011), buscando identificar padrões discursivos e tendências interpretativas sobre o papel do Poder Judiciário.

A opção pela análise de títulos, resumos e introduções decorreu do objetivo da pesquisa, que consistiu em identificar enquadramentos discursivos, problemas

¹ Ver: <https://www.enfam.jus.br/pos-graduacao/mestrado-profissional/dissertacoes/>

de pesquisa, objetivos e narrativas institucionais declaradas presentes na produção científica da ENFAM. Não se pretendeu reconstruir a argumentação integral das dissertações nem examinar disputas discursivas internas, mas identificar tendências ideacionais presentes nas superfícies textuais que sintetizam cada investigação.

Esta observação é relevante pois uma das premissas deste trabalho é de que programas profissionais apresentam trabalhos aplicados, mais alinhados a perspectiva profissional do campo em questão. No caso da ENFAM, apesar de eventuais críticas sobre a endogenia de juízes lecionando e pesquisando sobre juízes, o presente trabalho busca refletir sobre o discurso simbólico e em alguma medida legitimador que os trabalhos de conclusão retratam. Como os trabalhos passam por bancas de aprovação com no mínimo três integrantes com doutorado nos termos das regras definidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), títulos, resumos e introdução foram reconhecidos como aptos para aprovação e atendem critérios mínimos de avaliação.

O objeto de pesquisa não incluiu a análise da construção discursiva dos atores individualizados durante o processo de pesquisa, se restringindo ao enquadramento ideacional informado nos trechos selecionados, e os enquadramentos discursivos que emergem do campo judicial.

Além disso, reconhece-se que a produção científica desenvolvida em programas voltados predominantemente à formação de magistrados pode refletir prioridades e agendas próprias do campo profissional em que se insere. Tal característica não constitui objeto de avaliação desta pesquisa, mas representa aspecto relevante para a interpretação dos resultados e para futuras investigações comparativas.

Por conseguinte, trata-se de uma análise exploratória e interpretativa (Gil, 2019), voltada à identificação de padrões discursivos e tendências temáticas na produção científica da ENFAM, não tendo como objetivo avaliar a qualidade individual das dissertações, mas compreender os sentidos institucionais que emergem do conjunto da produção acadêmica.

Cabe destacar que embora as dissertações constituam produtos acadêmicos e não necessariamente representem posições institucionais oficiais da magistratura, elas oferecem indícios relevantes sobre as ideias e interpretações mobilizadas por magistrados e outros atores do sistema de justiça no interior do campo judicial.

A análise ideacional aplicou a lente do institucionalismo discursivo que, na Ciência Política, tem sido utilizado para compreender a construção e/ou desconstrução da (des)legitimação de políticas públicas, considerando ainda o poder simbólico (Bourdieu, 1989; 1996) dos atores envolvidos e como esses utilizam, ou não, determinadas ideias e discursos para defender suas estratégias e posicionamentos (Schmidt, 2008; 2010; Campbell, 2002; Tomazini, 2018).

Os estudos de Pierre Bourdieu tratam das relações humanas como relações de poder, onde os campos são estruturas sociais com diferentes níveis de força e influência, que buscam monopolizar um capital específico, fundamento do poder e da autoridade característica de um determinado campo. No campo jurídico e no campo estatal, diferentes atores utilizam o discurso como capital simbólico para convencer e legitimar sua manifestação e autoridade (Bourdieu, 1989; 1996; Moretti e Melo, 2017). Essa é a construção teórica que conduz a análise dos dados levantados e que conecta o Direito com a Ciência Política e a Sociologia.

O artigo está estruturado em duas seções principais: a) Uma primeira seção tratando da ENFAM e do Mestrado Profissional na área de concentração em “Direito e Poder Judiciário”, destacando os desafios da pesquisa jurídica no Mestrado Profissional alguns aspectos do programa e; b) Outra seção abordando as pesquisas científicas desenvolvidas por magistrados(as) no Mestrado Profissional da ENFAM, com foco na produção científica e no que ela pode traduzir sobre o Judiciário.

Espera-se demonstrar que as dissertações produzidas na ENFAM ultrapassam a condição de simples produtos acadêmicos, constituindo espaços nos quais é possível identificar narrativas institucionais e enquadramentos discursivos acerca da identidade e da atuação do Poder Judiciário brasileiro contemporâneo.

1. A ENFAM E O MESTRADO PROFISSIONAL EM “DIREITO E PODER JUDICIÁRIO”

O Brasil tem consolidado os mestrados e os doutorados profissionais em Direito como uma alternativa acadêmica relevante, um modelo voltado para a intersecção entre teoria e prática (Sbizera, 2025). Como pondera o autor, diferentemente dos mestrados acadêmicos, que se concentram na produção de dissertações e teses, os mestrados profissionais permitem ainda a elaboração de produtos, como pareceres técnicos, normativas, *softwares* e outras formas inovadoras de conhecimento aplicável.

Sbizera (2025) acredita que os produtos dos mestrados e doutorados profissionais podem contribuir para a qualificação da pesquisa jurídica e para um impacto social realista. Mas um dos principais desafios dessa modalidade é a necessidade de equilibrar inovação e rigor metodológico, garantindo que os produtos gerados sejam ao mesmo tempo relevantes para a prática e consistentes do ponto de vista teórico.

A consolidação dos mestrados profissionais em Direito representa, portanto, uma tentativa de aproximar a produção acadêmica das demandas concretas do Sistema de Justiça e das instituições públicas. Contudo, essa modalidade também traz desafios específicos relacionados à construção de modelos de pesquisa capazes de articular rigor científico, inovação metodológica e impacto prático. Nesse caso, torna-se necessário examinar mais detidamente quais são os principais desafios que se colocam para a pesquisa jurídica no âmbito dos mestrados profissionais.

1.1 Dos desafios da pesquisa jurídica no Mestrado Profissional em Direito

Assim, inicialmente, antes de abordarmos sobre o Mestrado Profissional da ENFAM, propriamente dito, cabem algumas considerações sobre os desafios da pesquisa jurídica nessa modalidade. Sbizera (2025, p. 19) alerta para os riscos de

o mestrado profissional se tornar apenas uma versão “burocraticamente diferente” do mestrado acadêmico, desprovido de inovação metodológica e de impacto concreto no mercado de trabalho ou na sociedade.

Para Pinto Junior (2018, p. 44) “o desafio de construir a identidade própria do mestrado profissional em Direito passa pela definição do modelo de pesquisa que o diferencie dos programas acadêmicos”.

O autor propõe quatro dimensões de pesquisa no mestrado profissional para atenda a exigências mínimas de rigor acadêmico e possa produzir impacto no meio profissional: a) Apreensão da realidade e contextualização fática; b) Reflexão jurídica e proposta de posicionamento hermenêutico; c) Análise e avaliação crítica; e d) Recomendações de conduta ou ação prática (Pinto Junior, 2018).

Não basta que o trabalho de investigação apresente proposições teóricas ou constatações fáticas, isso porque as proposições e constatações deverão ser úteis para orientar práticas jurídicas ou condutas profissionais (Pinto Junior, 2018).

As pesquisas jurídicas no mestrado profissional, destacam Fabiani e Tormin (2023), diferenciam-se por ter um enfoque prático. Nos mestrados acadêmicos as perguntas “o quê?” e “por quê?” geralmente são mais relevantes do que as perguntas sobre “como fazer?”.

Pinto Junior (2018, p. 35) lembra que o resultado do trabalho de investigação no mestrado profissional precisa responder a “questões dinâmicas sobre como agir e com que cautelas, qual a melhor estratégia, quais os riscos jurídicos e como podem ser mitigados”.

A própria definição da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é de que “o trabalho final do curso deve ser sempre vinculado a problemas reais da área de atuação do profissional-aluno [...]” (CAPES, 2019).

Esses desafios indicam que a construção de uma identidade própria para os mestrados profissionais em Direito depende não apenas da definição de metodologias adequadas, mas também do modo como cada programa institucional organiza sua proposta formativa e suas agendas de pesquisa. Nesse sentido, analisar o caso do Mestrado Profissional da ENFAM permite compreender como

essas tensões se manifestam no interior de um programa voltado especificamente à formação de magistrados.

1.2 Conhecendo o Programa de Mestrado Profissional da ENFAM

Em 2020 o Programa de Mestrado Profissional da ENFAM foi aprovado pela CAPES na 194ª reunião do CTC-ES e formalizado pelo Parecer CNE/CES nº 350/2020, de 7 de julho de 2020 (ENFAM, 2025a).

O Mestrado Profissional tem como escopo central a gestão judiciária e o tratamento de conflitos. Sua estrutura curricular é orientada pela busca do aprimoramento efetivo do Sistema de Justiça e da prática jurisdicional, ancorada em um eixo transversal que abarca valores essenciais como ética, integridade e inovação (ENFAM, 2025a).

O programa foi pensado a partir da missão institucional da ENFAM, que é voltada a promover uma educação judicial de excelência, que capacite profissionais para o exercício da jurisdição com qualidade técnica, sensibilidade humanística, ética e imparcialidade (ENFAM, 2025a).

Dessa forma, pondera-se que o papel exercido pela Escola no campo judicial é relevante para a produção e circulação de ideias e discursos sobre o Poder Judiciário, não apenas no próprio Judiciário, mas no Sistema de Justiça por intermédio do seu poder e capital simbólico no campo (Bourdieu, 1989; 1996).

A Escola busca estimular o desenvolvimento de pesquisas aplicadas que incidam sobre os problemas estruturais e sistêmicos do Poder Judiciário, tendo como objetivos a eficiência e a efetividade do Sistema de Justiça e, sobretudo, a promoção de uma prestação jurisdicional mais igualitária, íntegra, ética e humanizada, na qual o usuário do serviço judicial seja colocado no centro da atividade jurisdicional (ENFAM, 2025a).

No tocante ao perfil do discente egresso, o programa busca elevar o nível de qualificação dos discentes, desenvolvendo competências necessárias ao exercício da magistratura frente aos desafios contemporâneos: a crescente complexidade

das relações sociais, os avanços tecnológicos, a transnacionalização dos direitos e a demanda pela democratização do Poder Judiciário (ENFAM, 2025a).

A área de concentração em “Direito e Poder Judiciário” organiza-se em duas linhas de pesquisa, sendo a primeira em “Eficiência e Sistema de Justiça”, que propõe um olhar global e sistêmico sobre os problemas que afetam não apenas o Poder Judiciário, mas o Sistema de Justiça em sua integralidade, e a segunda em “Ética, Integridade e Efetividade na Atividade Jurisdicional”, dedicando-se ao estudo da efetividade da jurisdição, com ênfase na atuação do magistrado em sua unidade de trabalho, articulando-se às exigências éticas e de integridade da função jurisdicional (ENFAM, 2025a; 2025b).

De acordo com o último edital de 2025 do processo seletivo para o Mestrado Profissional da ENFAM, as vagas, atualmente, destinam-se a magistrados da Justiça Federal (tribunais regionais federais e seções judiciárias) ou da Justiça estadual de 1º e 2º graus e a ministros brasileiros; a magistrados oriundos de países lusófonos, da Espanha e dos demais países da América Latina; a magistrados da Justiça do Trabalho, membros da Defensoria Pública da União (DPU), do Ministério Público da União (MPU) e da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) que preencham todos os requisitos presentes no Regimento do PPGPD-ENFAM (ENFAM, 2025d). Ou seja, um Programa voltado à qualificação de atores essenciais para o funcionamento do Sistema de Justiça estatal (ENFAM, 2025a; 2025b).

A ENFAM já formou três turmas no Mestrado Profissional desde a criação do programa e a produção científica de seus discentes será objeto de análise na próxima seção.

2. AS PESQUISAS CIENTÍFICAS DESENVOLVIDAS POR MAGISTRADOS NO MESTRADO PROFISSIONAL DA ENFAM

Para traçar um panorama a respeito das pesquisas científicas desenvolvidas no Mestrado Profissional da ENFAM serão apresentados quadros, por ano, referentes aos anos de 2022, 2023 e 2024, contendo os títulos das dissertações

defendidas pelos discentes, que constam disponíveis no repositório eletrônico de dissertações da Escola.

A partir de levantamento no repositório eletrônico e de levantamento conjunto no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, ambos realizados e consolidados no mês de junho/2025, foi possível chegar ao número de 79 dissertações defendidas e depositadas, sendo: 30 referentes ao ano de 2022, mais 30 referentes a 2023 e 19 referentes a 2024.

O quadro 1 abaixo apresenta a relação de dissertações defendidas em 2022.

Quadro 1. Relação de Dissertações defendidas no Mestrado Profissional da ENFAM (2022) - Levantamento consolidado em junho/2025

Produção Científica de 2022
1) A Centralização de Processos Repetitivos para julgamento por meio de atos concertados entre Juízes Cooperantes (2022);
2) A cognição pelo Tribunal do júri: uma proposta voltada a concretizar a condição de sujeito epistêmico do jurado (2022);
3) A Contribuição das Competências Gerenciais do Juiz para o desempenho de Unidades Judiciárias (2022);
4) A independência judicial em tempos de cultura do cancelamento: uma análise da percepção de magistrados/as sobre o ato de decidir sob os olhares das redes sociais (2022);
5) A mediação nas ações de família: uma (re)análise da atuação judicial à luz do pensamento sistêmico e da interdisciplinaridade (2022);
6) A reparação do dano ambiental à cobertura da floresta amazônica: os critérios econômicos adotados pela justiça federal para a estimativa do valor da vegetação suprimida (2022);
7) Abrindo Portas: As Reclamações Pré-Processuais e o Papel Interinstitucional dos Núcleos e Centros de Conciliação no Tratamento Adequado da Litigiosidade Recorrente (2022);
8) Adoção internacional em Angola e no Brasil: pesquisa comparada com foco no aprimoramento (2022);
9) Análise judicial da remissão ministerial: uma proposta de gestão processual para a efetivação dos direitos e garantias do adolescente (2022);
10) Audiências concentradas de reavaliação da medida socioeducativa de internação: o direito à participação do adolescente no seu processo judicial (2022);
11) Banco de incidentes de inteligência artificial do Judiciário (2022);
12) Demandas Fazendárias Satisfativas: Competência Especializada e Eficiência (2022);
13) Desapropriação judicial privada indireta (art. 1.228, § 4º, do Código Civil): diagnóstico e potencialidades na solução de conflitos fundiários coletivos de alta complexidade (2022);
14) Desjudicialização da saúde e soluções dialógicas: o caso do Comitê de Saúde CNJ/Santa Maria - RS (2022);
15) Discriminação por motivo de gênero e barreiras no acesso ao segundo grau de jurisdição no Brasil por magistradas de carreira (2022);
16) Escutando a voz das mulheres: um retrato das interações nas medidas protetivas de urgência entre mulheres, rede de atendimento e Poder Judiciário (2022);
17) Justiça restaurativa aplicada à criminalidade federal (2022);
18) Legal design e processos estruturais: aplicações práticas na atividade jurisdicional e seus resultados no tratamento da litigiosidade complexa (2022);

- 19) Metodologias ágeis aplicadas à gestão de unidade judicial (2022);
- 20) O Direito à Desconexão no Teletrabalho: Desafios e Perspectivas da Comunicação Assíncrona no Poder Judiciário Estadual (2022);
- 21) O direito de ressignificar a vida a partir das audiências de custódia: histórias de presos sob as lentes da justiça restaurativa de Maringá/PR (2022);
- 22) O processo coletivo intercultural: o direito de acesso dos povos indígenas à justiça (2022);
- 23) O Uso de Algemas nas Audiências de Custódia: Análise Crítica da Prática Judicial sob a Perspectiva da Dignidade da Pessoa Humana (2022);
- 24) Painel de Projetos com Inteligência Artificial no Poder Judiciário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ): avaliação qualitativa da transparência governamental (2022);
- 25) Pesquisa e inovação responsáveis no Poder Judiciário brasileiro e o julgamento por inteligência artificial (2022);
- 26) Posner na terra de Ariano Suassuna: a relação entre a análise econômica do direito, os custos da litigância e o desfecho dos processos em unidades cíveis paraibanas (2022).
- 27) Quantificando incertezas: a compreensão do sistema de precedentes vinculantes em primeiro grau de jurisdição (2022);
- 28) Serviço judicial digital: a percepção de magistrados brasileiros sobre o futuro do Judiciário (2022);
- 29) Uma Proposta de Governança de Dados Pessoais no Poder Judiciário à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: Estudo de Caso do Tribunal de Justiça de São Paulo (2022);
- 30) Plataformas extrajudiciais de resolução de conflitos de consumo: diagnósticos e perspectivas de integração aos juizados especiais cíveis do Espírito Santo (2022).

Fonte: elaborado pelas autoras, a partir do portal eletrônico da ENFAM (2025c).

Do levantamento, infere-se que, em 2022, o Mestrado Profissional da ENFAM teve um ano de experimentação com grande diversidade temática, com forte presença do tema de inovação tecnológica e com os primeiros ensaios de pesquisa sobre gestão judicial e direitos fundamentais.

O quadro 2, na sequência, organiza os resultados das dissertações defendidas em 2023.

Quadro 2. Relação de Dissertações defendidas no Mestrado Profissional da ENFAM (2023) - Levantamento consolidado em junho/2025

Produção Científica de 2023
1) A independência do Poder judiciário como condição de legitimação dos tribunais em Angola (2023);
2) Acesso à justiça e (in) exclusão digital: enfoque na pessoa em situação de rua como usuária do Sistema de Justiça Brasileiro (2023);
3) Acesso à justiça em áreas remotas no Amazonas: a cooperação institucional entre o Poder Judiciário e a Administração Pública para a prática de atos de comunicação processual (2023);
4) Acesso à justiça na era digital: tribunais on-line e o juízo 100% digital 2023);
5) Acolhimento de crianças e adolescentes no Acre: o direito à convivência familiar e a (im)possibilidade de antecipação de destituição do poder familiar em razão do acolhimento (2023);
6) As constelações familiares e a autocomposição nos conflitos sucessórios: uma alternativa à resolução de conflitos de alta beligerância? (2023);

- 7) Audiência una de alimento e domicílio fora da sede do juízo: dá para conciliar (2023);
- 8) Audiências virtuais e sua influência na governança judicial (2023);
- 9) Centro de inteligência do Judiciário: gestão do conhecimento na identificação e tratamento da litigiosidade (2023);
- 10) Centros de inteligência, acesso à justiça e a efetivação da agenda 2030 da ONU (2023);
- 11) Centros judiciais de solução de conflitos e cidadania: a implementação do setor de solução de conflitos pré-processual no judiciário estadual paranaense (2023);
- 12) Competência como ferramenta de gestão: análise do tempo médio de tramitação conforme as classes processuais (2023);
- 13) Discriminação de gênero no julgamento de crimes estupro: a violência institucional no discurso judicial (2023);
- 14) Execução penal: projeto liberdade e cidadania e a reintegração social por meio do trabalho (2023);
- 15) Gestão de dados e governança judicial: as dimensões accountability e desempenho (2023);
- 16) Grupos reflexivos: ressignificando masculinidades rumo à redução da violência doméstica e familiar contra mulheres (2023);
- 17) Juízo de admissibilidade da acusação e o viés confirmatório no processo penal brasileiro: uma abordagem empírica (2023);
- 18) Labirinto do direito: análise da competência híbrida nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher à luz do feminismo jurídico (2023);
- 19) Liberdade de expressão da magistratura: estudo de caso sobre as realidades de Brasil e Angola (2023);
- 20) Litígios Estruturais e Filas de Espera do Sistema Único de Saúde (SUS): Soluções Práticas para a Atividade Jurisdicional (2023);
- 21) Medida cautelar penal de comparecimento periódico em juízo: proposta de abordagem com enfoque humanista (2023);
- 22) O auto das andorinhas: a justiça restaurativa na abordagem estrutural dos conflitos fundiários (2023);
- 23) O enfrentamento à violência institucional contra a mulher no Poder Judiciário: uma análise da atuação das coordenadorias estaduais da mulher em situação de violência doméstica e familiar (2023);
- 24) O programa E-vara do TRF da 3ª Região: a unificação nas vozes de quem a faz (2023);
- 25) Os Sistemas de Busca Ativa utilizados pelos Tribunais de Justiça de Grande Porte do Brasil: Observância da Lei Geral de Proteção de Dados e Promoção das Adoções necessárias através do Neurodireito (2023);
- 26) Para além das metas do CNJ: o que os números indicam e as metas ocultam no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (2023);
- 27) Por que ninguém quer ser jurado? as causas da rejeição e as possíveis medidas a serem tomadas pelo Poder Judiciário (2023);
- 28) Sub-registro e agenda 2030: a (in)eficácia das unidades interligadas do estado do maranhão (2023);
- 29) Tratamento estratégico das demandas repetitivas dos litigantes habituais (2023);
- 30) Uma juíza entre dois mundos: desafios de um diálogo intercultural no processo de apuração de ato infracional de adolescente indígena (2023).

Fonte: elaborado pelas autoras, a partir do portal eletrônico da ENFAM (2025c).

O ano de 2023 representou um período de consolidação de pesquisas empíricas, com foco em vulnerabilidades sociais, governança e inovação digital e amadurecimento dos estudos em gênero e justiça restaurativa.

A seguir, o quadro 3 refere-se ao último ciclo pesquisado, o ano de 2024.

Quadro 3. Relação de Dissertações defendidas no Mestrado Profissional da ENFAM (2024) - Levantamento consolidado em junho/2025

Produção Científica de 2024
1) A comunicação nos processos estruturais: um diálogo com o caso de Mariana (2024); 2) A cooperação nos processos judiciais de acolhimento institucional de crianças e de adolescentes na fronteira de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY) (2024); 3) A utilização do visual law enquanto ferramenta de transformação da comunicação jurídica nas medidas protetivas de urgência (2024); 4) Ações predatórias e CNJ: limites e possibilidades do seu tratamento adequado (2024); 5) As ferramentas do eproc e a gestão de equipe do Poder Judiciário: pesquisa-ação junto à Justiça Federal da 4ª Região (2024); 6) As hipermovimentações processuais como ameaça à garantia do contraditório substancial da advocacia pública estadual: uma análise a partir do IRDR 54.699/2017 do TJMA (2024); 7) Conhecimentos e crenças dos juizes brasileiros sobre a prova dependente da memória: a testemunha e o reconhecimento de pessoas (2024); 8) Crimes sexuais em contexto de clandestinidade: entre palavra da vítima e presunção de inocência (2024); 9) Cumprimento de pena no regime semiaberto em monitoramento eletrônico no Brasil: estudo empírico na perspectiva de magistrados e reeducandos (2024); 10) Economia comportamental aplicada à resolução consensual de conflitos: a experiência do tribunal de justiça de Minas Gerais na implementação de nudges nas sessões de conciliação e mediação (2024); 11) Governança Judicial e Direitos Humanos das Mulheres: A Educação como garantia de Acesso à Justiça (2024); 12) Judicialização da Previdência Social: Um estudo sobre a (não) conformidade do INSS com precedentes judiciais (2024); 13) Métodos autocompositivos e governança colaborativa na solução de conflitos pelo Supremo Tribunal Federal (2024); 14) Os fatores de recorribilidade nas demandas consumeristas envolvendo grandes litigantes: uma análise crítica sob uma perspectiva normativa e empírica (2024); 15) Participação Social no Poder Judiciário: estudo de caso sobre pessoas em situação de rua examinadas com base no Programa Corra para o Abraço na Bahia (2024); 16) Pessoas com deficiência e inclusão no Poder Judiciário: o dever legal de contratação das empresas terceirizadas (2024); 17) Plenário virtual do STF e governança digital: acessibilidade, accountability e desempenho do sistema (2024); 18) Precedentes e litigiosidade: uma avaliação de efetividade à luz das sentenças sobre contratos bancários (2024); 19) Teletrabalho e participação feminina na magistratura (2024).

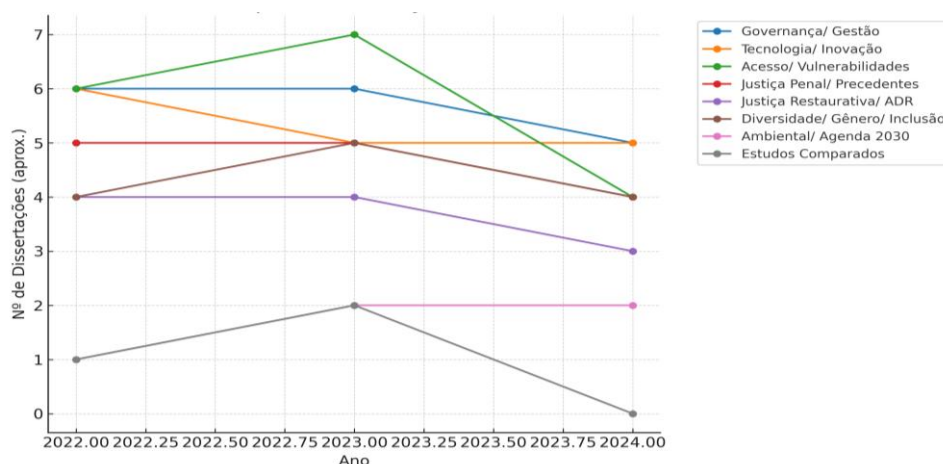
Fonte: elaborado pelas autoras, a partir do portal eletrônico da ENFAM (2025c).

Em 2024 as pesquisas consideraram aspectos sobre avaliação e efetividade dentro do Sistema de Justiça, sugerindo preocupação com impactos concretos, tais como recorribilidade, precedentes, inclusão, sustentabilidade, além do aprofundamento em temas relacionados aos direitos humanos, especialmente às questões de gênero e de justiça ambiental.

Em uma primeira tentativa de categorização dessas pesquisas, após a leitura

flutuante dos títulos e dos resumos das dissertações, foi possível agrupá-las em seis categorias temáticas de tendências de pesquisa, sendo elas: a) Governança/Gestão e Tecnologia/Inovação; b) Acesso à Justiça e Vulnerabilidades; c) Justiça Penal, Precedentes e Justiça Restaurativa; d) Diversidade, Gênero e Inclusão; e) Ambiental/ Agenda 2030; e f) Estudos Comparados. Para visualização das categorias temáticas, o gráfico 1 sinaliza as tendências de pesquisa entre 2022 e 2024.

Gráfico 1. Tendências de pesquisa sobre o Poder Judiciário (2022-2024)



Fonte: elaborado pelas autoras, a partir do portal eletrônico da ENFAM (2025c).

Diante dessas categorias temáticas e tendências, cabem as seguintes ponderações:

a) Governança/Gestão e Tecnologia/Inovação: Essa categoria temática mantém centralidade constante ao longo do triênio, refletindo a prioridade dada à eficiência, *accountability* e modernização administrativa, assim como à incorporação de novas tecnologias digitais, inteligência artificial e plataformas de gestão judicial. A estabilidade sugere que já se consolidaram como linhas permanentes de investigação;

b) Acesso à Justiça e Vulnerabilidades: Em 2023 essa categoria observou um pico expressivo com diversas dissertações tratando de populações em situação

de vulnerabilidade. Já em 2024 houve retração, o que pode sugerir uma mudança de foco para a efetividade e avaliação de impacto das soluções propostas nos anos anteriores;

c) Justiça Penal, Precedentes e Justiça Restaurativa: Essa categoria apresentou um leve declínio em 2024, mantendo relevância, mas com menor volume. A produção de 2022 e 2023 esteve ligada a medidas alternativas, audiências de custódia, com viés confirmatório e relacionados à execução penal. Em 2024, o foco deslocou para questões de presunção de inocência, prova e monitoramento eletrônico, mostrando amadurecimento, porém sem crescimento em volume;

d) Diversidade, Gênero e Inclusão: Os temas nessa categoria temática ganharam força em 2023, consolidando-se como linha estável em 2024. As pesquisas abordaram violência institucional contra mulheres, participação feminina na magistratura, inclusão de pessoas com deficiência e justiça intercultural. Essa constância mostra que os temas tendem a se firmarem como agenda estruturante do campo;

e) Ambiental/Agenda 2030: Apesar de discreta, a categoria demonstra crescimento gradual. Os temas sobre justiça ambiental e climática ainda são lacunas na produção acadêmica da ENFAM, mas com potencial de expansão futura, dada a relevância do tema para o país;

f) Estudos Comparados: Com presença em 2022 e 2023, focando em Brasil e Angola, a categoria desapareceu em 2024, o que sugere que os estudos comparados são ainda pontuais, carecendo de continuidade e expansão para outros países.

Essas tendências vão ao encontro do que Santos *et al.* (1996, p. 51) já refletiam de que as “funções simbólicas dos tribunais são as funções mais amplas, incorporando tanto funções instrumentais, como políticas, constituindo a reserva de confiança dos cidadãos no funcionamento dos tribunais e na realização de justiça”.

Gomes (2018, p. 239) complementa essa ideia ao afirmar que:

O que distingue o atual momento da ação dos tribunais é a amplitude e a complexidade das funções que são chamados a desempenhar, com destaque para as funções políticas, e as profundas transformações no contexto social da sua ação [...].

Três movimentos principais foram revelados com organização das dissertações de 2022, 2023 e 2024: a) A consolidação de governança e tecnologia como categorias temáticas dominantes; b) A expansão das temáticas sociais em 2023, com foco em vulnerabilidades e inclusão e; c) O aprofundamento avaliativo em 2024, com pesquisas voltadas a impacto, efetividade e direitos humanos.

A partir desse contexto institucional, torna-se possível examinar mais diretamente a produção científica desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional da ENFAM. As dissertações elaboradas pelos magistrados e demais atores do Sistema de Justiça constituem importante material empírico para compreender como o próprio campo judicial interpreta seus desafios, suas práticas e suas transformações institucionais.

2.1 O que a produção científica do Mestrado Profissional da ENFAM nos diz sobre o Poder Judiciário Brasileiro?

Para responder a essa questão, vale a pena retomar a formação da agenda de pesquisa sobre o Poder Judiciário. Gomes (2018) e Santos *et al.*, (1996) afirmam que ao longo dos anos, os interesses acadêmicos pelos tribunais foram agregando-se em três principais eixos analíticos: a) Poder Judiciário como poder do Estado; b) Poder Judiciário como sistema (Sistema de Justiça); c) Poder Judiciário como instituição profissional.

De acordo com Gomes (2018, p. 240-241) “a análise dos tribunais enquanto instituição profissional orienta-se para o desenvolvimento de estudos específicos sobre as transformações das profissões forenses”.

Nesse cenário, ao ampliarmos a análise de conteúdo das dissertações do Mestrado Profissional da ENFAM, incluindo a leitura e compreensão das introduções das pesquisas, novas categorias temáticas foram identificadas e

formadas.

O quadro 4 consolida essa nova análise ampliada que agrupa as dissertações agora em dez categorias temáticas, quais sejam: a) Governança Judicial, Gestão e Eficiência; b) Acesso à Justiça, Cidadania, Vulnerabilidades Sociais e Políticas Públicas; c) Sistema de Justiça Penal e Precedentes; d) Gênero e Violência de Gênero; e) Inclusão e Justiça Intercultural; f) Estudos Comparados (Brasil e Angola); g) Tecnologia e Inovação; h) Tratamento Adequado dos Conflitos; i) Justiça Restaurativa e Conflitos Estruturais; j) e Sustentabilidade, Meio Ambiente e Agenda 2030.

O quadro 4 indica a quantidade de dissertações em cada categoria.

Quadro 4. Categorias Temáticas das Dissertações do Mestrado Profissional da ENFAM

Categorias Temáticas	Quant.
Governança Judicial, Gestão e Eficiência	14
Acesso à Justiça, Cidadania, Vulnerabilidades Sociais e Políticas Públicas	9
Sistema de Justiça Penal e Precedentes	13
Gênero e Violência de Gênero	9
Inclusão e Justiça Intercultural	3
Estudos Comparados (Brasil e Angola)	3
Tecnologia e Inovação	13
Tratamento Adequado dos Conflitos	8
Justiça Restaurativa e Conflitos Estruturais	4
Sustentabilidade, Meio Ambiente e Agenda 2030	3
Total	79

Fonte: elaborado pelas autoras, a partir do portal eletrônico da ENFAM (2025c).

Essas novas categorias temáticas sugerem que a produção científica da ENFAM acompanha transformações mais amplas do campo judicial brasileiro. De um lado, observa-se a crescente centralidade de temas ligados à gestão, inovação e governança judicial, refletindo a agenda contemporânea de modernização institucional impulsionada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). De outro, nota-se a expansão de pesquisas voltadas a vulnerabilidades sociais, gênero e inclusão, indicando uma progressiva incorporação de perspectivas de direitos humanos na

reflexão da magistratura sobre sua própria atuação institucional.

Além das recorrências identificadas, a análise também evidencia ausências temáticas relevantes. Observa-se reduzida incidência de pesquisas voltadas às relações raciais, ao racismo institucional, à população LGBTQIA+, às migrações, aos povos e comunidades tradicionais e às mudanças climáticas sob a perspectiva da litigância climática. Ainda que alguns desses temas apareçam de forma pontual, como nos estudos sobre povos indígenas ou justiça ambiental, sua presença permanece significativamente inferior à de agendas relacionadas à governança judicial, gestão institucional e inovação tecnológica. Na ótica do institucionalismo discursivo, tais ausências também constituem indícios relevantes das prioridades e dos enquadramentos discursivos predominantes na produção científica analisada.

Até aqui, como se pode perceber, a análise de conteúdo propiciou a identificação de categorias temáticas por tendências, o que está representado no gráfico 1, e o quadro 4 propiciou uma categorização ampliada sobre o que a produção científica do Mestrado Profissional da ENFAM nos diz sobre o Judiciário Brasileiro.

Desse modo, em um terceiro passo da análise de conteúdo, com base na classificação de Gomes (2018) e Santos *et al.* (1996), a agenda de pesquisa sobre o Poder Judiciário passa a se concentrar em três eixos analíticos, quais sejam: a) Poder Judiciário como poder do Estado; b) Poder Judiciário como sistema (Sistema de Justiça) e; c) Poder Judiciário como instituição profissional.

A organização das dissertações permite observar que a produção científica desenvolvida no âmbito da ENFAM se insere em um espaço institucional dotado de relevante capital simbólico. A partir disso, o corpus analisado oferece indícios de como determinados temas são representados e enquadrados discursivamente na formação da magistratura.

O quadro 5, a seguir, reúne as ideias sobre o Judiciário desenvolvidas nas dissertações e faz isso segundo o institucionalismo discursivo (Schmidt, 2008; 2010), permitindo identificar narrativas e enquadramentos discursivos relacionados à identidade institucional do Poder Judiciário.

Quadro 5. Eixos Analíticos - Ideias sobre o Poder Judiciário - das Dissertações do Mestrado Profissional da ENFAM

Eixos Analíticos – Ideias	Foco das Pesquisas Científicas	Exemplos de Dissertações	Síntese das Ideias
Poder Judiciário como Poder do Estado	Governança, <i>Accountability</i> , Independência, Papel Político e Relações Institucionais	- Ações predatórias e o CNJ: limites e possibilidades (2024); - Governança judicial e direitos humanos das mulheres (2024); - Independência do Judiciário como condição de legitimação em Angola (2023);	Pesquisas que veem o Poder Judiciário como poder político-institucional, responsável por governança e legitimidade no Estado.
Poder Judiciário como Sistema de Justiça	Acesso, Efetividade, ADR, Precedentes, Justiça Restaurativa e Direitos Fundamentais	- Acesso à justiça e exclusão digital: população em situação de rua (2023); - Acesso à justiça em áreas remotas no Amazonas (2023); - Audiências de custódia e dignidade da pessoa humana (2022);	Pesquisas que tratam o Poder Judiciário como sistema de resolução de conflitos e garantia de direitos, preocupado com efetividade e acesso.
Poder Judiciário como Instituição Profissional	Cultura judicial, Magistratura, Gênero, Práticas Decisórias e Organização do Trabalho	- Cognição do Tribunal do Júri: sujeito epistêmico (2022); - Competência híbrida e feminismo jurídico (2023); - Conhecimentos e crenças dos juízes sobre prova e memória (2024);	Pesquisas que examinam o Poder Judiciário como corpo profissional, explorando práticas de magistrados(as), cultura institucional e condições de trabalho.

Fonte: elaborado pelas autoras, a partir de Gomes (2018) e do portal eletrônico da ENFAM (2025c).

No eixo analítico “Poder Judiciário como Poder do Estado” os destaques das pesquisas foram para a ênfase em governança, *accountability* e legitimidade política. Para o eixo analítico “Poder Judiciário como Sistema (Sistema de Justiça)” os destaques das pesquisas foram para a centralidade em acesso, efetividade e métodos alternativos de resolução de conflitos. Já para o eixo analítico “Poder Judiciário como Instituição Profissional” os destaques das pesquisas foram para cultura judicial, gênero, inclusão e práticas cotidianas da magistratura.

A distribuição das dissertações entre esses eixos também permite observar

que determinadas agendas ocupam posição periférica na produção científica analisada. A reduzida presença de pesquisas sobre desigualdades raciais, diversidade sexual, migrações ou justiça climática sugere que, embora a agenda de direitos humanos esteja presente no programa, sua incorporação ocorre de forma seletiva, concentrando-se sobretudo em temas relacionados ao acesso à justiça, às vulnerabilidades sociais e às questões de gênero. Essa seletividade não constitui, por si só, uma limitação do programa, mas oferece pistas relevantes sobre os enquadramentos discursivos privilegiados no contexto institucional investigado.

Diante disso, torna-se relevante examinar de maneira mais detida como essas pesquisas incorporam a agenda de direitos humanos na reflexão sobre o funcionamento do Sistema de Justiça.

2.2 A presença dos direitos humanos na produção científica do Mestrado Profissional da ENFAM

Em diferentes contextos democráticos, observa-se a expansão do papel judicial na implementação e no controle de políticas públicas, fenômeno frequentemente associado à judicialização de direitos e à ampliação das expectativas sociais em relação ao Poder Judiciário (Ikawa, 2009; Rodríguez-Garavito, 2011). Nesse cenário, os tribunais passam a ser percebidos não apenas como instâncias de resolução de litígios, mas também como instituições relevantes na promoção e na garantia de direitos humanos. Assim, analisar como essas agendas aparecem na produção científica da magistratura permite refletir sobre uma construção do discurso sobre a efetivação de direitos humanos no campo acadêmico profissional, sem, entretanto, adentrar nas disputas sobre a mobilização do discurso.

A presença de temas relacionados aos direitos humanos na produção científica do Mestrado Profissional da ENFAM, então, pode ser compreendida à luz das transformações contemporâneas do papel do Poder Judiciário nas democracias constitucionais.

Sob a lente do institucionalismo discursivo (Schmidt, 2008; 2010), essas referências aos direitos humanos podem ser compreendidas como elementos ideacionais que contribuem para a construção de narrativas institucionais sobre o papel do Judiciário na democracia constitucional. Na literatura sobre institucionalismo discursivo, o Judiciário passou a ser percebido não apenas como aplicador da lei, mas também como instituição responsável pela concretização de promessas normativas associadas à democracia e à garantia de direitos.

Como observa Garapon (1998), a justiça contemporânea assume progressivamente o papel de “guardadora de promessas”, isto é, de instância encarregada de assegurar que compromissos constitucionais e democráticos sejam efetivamente respeitados no funcionamento das instituições públicas.

No contexto brasileiro e latino-americano, essa ampliação do papel judicial tem sido frequentemente associada ao fenômeno da judicialização dos direitos e à crescente centralidade dos tribunais na proteção de direitos humanos. Rodríguez-Garavito (2011) lembra que o Judiciário passou a desempenhar papel significativo na implementação e no controle de políticas públicas relacionadas à saúde, à proteção social, à igualdade e à inclusão.

O autor argumenta que, especialmente, em sociedades marcadas por desigualdades estruturais, decisões judiciais podem atuar como instrumentos relevantes de promoção de direitos sociais e de ampliação da capacidade institucional de resposta às demandas da sociedade. Ainda que esse processo apresente tensões e limites, ele evidencia o papel crescente das instituições judiciais na construção de mecanismos de garantia de direitos (Rodríguez-Garavito, 2011).

No caso brasileiro, autores como Ikawa (2009) têm destacado o protagonismo dos tribunais na proteção de direitos humanos e na promoção de agendas relacionadas à igualdade, à dignidade e à inclusão social, enfatizando o papel das instituições na promoção da igualdade e na proteção de direitos humanos, especialmente em debates sobre ação afirmativa e combate à discriminação estrutural.

Nesse sentido, a atuação judicial pode contribuir para ampliar o alcance normativo dos direitos humanos e para fortalecer mecanismos institucionais de responsabilização e proteção de direitos. Por outro lado, a incorporação dessas agendas na produção científica da magistratura também dialoga com o próprio perfil do Mestrado Profissional em Direito, caracterizado pela articulação entre reflexão teórica e problemas concretos da prática institucional.

Como observam Fabiani e Tormin (2023), pesquisas desenvolvidas nesse contexto tendem a partir de desafios reais enfrentados pelos profissionais do sistema de justiça, buscando produzir conhecimento aplicado capaz de qualificar a atuação institucional.

Dessa forma, ao abordar temas como acesso à justiça, igualdade de gênero, inclusão social, justiça restaurativa e sustentabilidade, as dissertações analisadas revelam não apenas preocupações acadêmicas, mas permitem identificar preocupações acadêmicas e esforços reflexivos da própria magistratura para compreender e aperfeiçoar o papel do Judiciário na promoção de direitos e na construção de uma justiça mais inclusiva.

Assim, aproveitando-se da leitura analítica dos títulos, resumos e introduções das dissertações, temas diretamente relacionados à agenda contemporânea dos direitos humanos foram identificados. O quadro 6 sintetiza isso em dimensões.

Quadro 6. Dimensões de Direitos Humanos na Produção Científica do Mestrado Profissional da ENFAM (2022–2024)

Eixo de Direitos Humanos	Dimensão Analítica	Exemplos de Dissertações	Síntese Interpretativa
Acesso à Justiça e Direitos Sociais	Garantia de acesso ao sistema de justiça, judicialização de políticas públicas e enfrentamento de vulnerabilidades sociais	- Acesso à justiça em áreas remotas no Amazonas (2023); - Acesso à justiça e exclusão digital: população em situação de rua (2023); - Litígios estruturais e filas de espera do SUS (2023);	Revela preocupação com a efetividade do sistema de justiça como instrumento de garantia de direitos sociais e redução de desigualdades territoriais e sociais.
Gênero e	Combate à violência	- Discriminação de	Indica a incorporação

Assunção e Ximenes

Judiciário, direitos humanos e produção científica da magistratura: uma análise das dissertações do Mestrado Profissional da ENFAM sob a lente do institucionalismo discursivo

Igualdade	de gênero, igualdade na magistratura e proteção de mulheres no sistema de justiça	gênero no julgamento de crimes de estupro (2023); - Teletrabalho e participação feminina na magistratura (2024); - Grupos reflexivos e masculinidades (2023);	progressiva da agenda de igualdade de gênero na reflexão institucional da magistratura.
Inclusão e Diversidade	Direitos de populações vulneráveis e minorias sociais	- Inclusão de pessoas com deficiência no Poder Judiciário (2024); - Processo coletivo intercultural e povos indígenas (2022); - Pessoa em situação de rua como usuária do sistema de justiça (2023);	Demonstra atenção crescente à inclusão e à diversidade no acesso à justiça.
Justiça Restaurativa e Direitos Humanos	Métodos de resolução de conflitos centrados na dignidade da pessoa humana	- Justiça restaurativa aplicada à criminalidade federal (2022); - Audiências de custódia e dignidade da pessoa humana (2022); - O auto das andorinhas: justiça restaurativa e conflitos fundiários (2023);	Evidencia busca por modelos de justiça mais participativos e centrados na reparação e na dignidade humana.
Direitos Humanos e Sustentabilidade	Justiça ambiental, Agenda 2030 e proteção de bens coletivos	- Reparação do dano ambiental à cobertura da floresta amazônica (2022); - Comunicação nos processos estruturais: caso Mariana (2024); - Sub-registro e Agenda 2030 (2023);	Indica a emergência de agendas relacionadas à sustentabilidade e à governança socioambiental no sistema de justiça.

Fonte: elaborado pelas autoras, a partir do portal eletrônico da ENFAM (2025c).

Observa-se, portanto, que os direitos humanos aparecem nas dissertações de maneira transversal, mas a análise da produção científica da magistratura permite identificar a presença recorrente de discursos relacionados aos direitos humanos na produção científica analisada, oferecendo indícios de como determinadas narrativas institucionais são mobilizadas nesse espaço de formação acadêmica.

A presença dessas agendas na produção científica da ENFAM indica que a reflexão acadêmica desenvolvida no interior da magistratura dialoga

progressivamente com debates contemporâneos sobre acesso à justiça, inclusão e promoção de direitos. Nesse sentido, os trechos das dissertações analisados permitem refletir sobre as práticas institucionais decorrentes dos temas abordados, e como ideias e discursos tem sido reiterados no campo acadêmico profissional legitimando o papel do Poder Judiciário na garantia de direitos e na democratização da Justiça. É nesse contexto que a lente do institucionalismo discursivo se mostra particularmente útil para compreender como essas ideias são mobilizadas, disputadas e legitimadas no interior do campo judicial.

2.3 Institucionalismo Discursivo: ideias e interesses sobre o Poder Judiciário

O institucionalismo discursivo parte da premissa de que as instituições não podem ser compreendidas apenas como arranjos formais de regras e estruturas, mas sobretudo como arenas nas quais ideias são produzidas, disputadas e legitimadas por meio do discurso. Nesse sentido, amplia a compreensão tradicional dos outros neoinstitucionalismos (racional, histórico e sociológico) ao considerar a centralidade da linguagem e da interação comunicativa para explicar a mudança institucional e a manutenção das práticas em um determinado campo (Perissinotto; Stumm, 2017; Schmidt, 2008; 2010).

O institucionalismo discursivo tem uma abordagem dinâmica, ou seja, enfatiza a mudança e a continuidade a partir da interação entre ideias e discurso (Schmidt, 2008; 2010). A lente analítica busca compreender como diferentes atores, incluindo instituições, mobilizam conjuntos de ideias e representações, estruturando conflitos e tensões (Tomazini, 2021).

As ideias incluem não apenas o conteúdo (o que é dito ou escrito), mas também o contexto, quem diz ou escreve e para quem (Schmidt, 2008; 2010). Na análise do presente artigo, os trabalhos do corpo discente da ENFAM, dotados de poder e capital simbólico no campo judicial e no Sistema de Justiça, expressam ideias e discursos com potencial repercussão sobre a gestão judicial e a condução das políticas judiciais, mobilizando ideias e representações sobre diversos temas.

Nesse horizonte, as dissertações funcionam como arenas discursivas no interior do campo judicial.

A adoção do institucionalismo discursivo como referencial analítico exigiu a definição prévia de categorias capazes de orientar a leitura sistemática do corpus documental. Considerando que a pesquisa se restringe aos títulos, resumos e introduções das dissertações, buscou-se identificar os enquadramentos discursivos explicitamente mobilizados pelos autores, sem a pretensão de reconstruir integralmente os processos argumentativos ou as disputas discursivas presentes no desenvolvimento de cada trabalho. Nessa orientação, os conceitos centrais do institucionalismo discursivo foram operacionalizados por meio das categorias analíticas apresentadas no quadro 7.

Quadro 7. Operacionalização analítica do institucionalismo discursivo aplicada à análise das dissertações do Mestrado Profissional da ENFAM

Conceito do institucionalismo discursivo	Operacionalização na pesquisa	Evidências buscadas nas dissertações
Ideias	Identificação dos principais temas e problemas públicos abordados	Títulos, objetivos e problemas de pesquisa
Narrativas institucionais	Formas de representação do papel do Poder Judiciário	Resumos e introduções que descrevem funções, desafios e responsabilidades da magistratura
Enquadramentos discursivos (<i>discursive framings</i>)	Maneiras pelas quais os problemas e soluções são apresentados	Linguagem empregada para caracterizar acesso à justiça, governança, direitos humanos, inovação etc.
Legitimação institucional	Discursos que atribuem legitimidade à atuação do Judiciário ou propõem seu aperfeiçoamento	Justificativas, finalidades das pesquisas e soluções propostas
Agendas institucionais	Tendências temáticas recorrentes na produção científica	Frequência e recorrência das categorias identificadas na análise de conteúdo

Fonte: elaborado pelas autoras com base em Schmidt (2008; 2010), Campbell (2002) e Bardin (2011).

A operacionalização apresentada oferece subsídios de que o institucionalismo discursivo foi utilizado como ferramenta analítica para identificar

ideias, narrativas e enquadramentos discursivos presentes nas superfícies textuais das dissertações. Assim, a análise concentrou-se na dimensão ideacional explicitamente declarada pelos autores, permitindo compreender tendências discursivas e agendas institucionais presentes na produção científica da ENFAM. Não se pretendeu examinar os processos de circulação, negociação ou disputa das ideias no interior do campo judicial, tampouco aferir os efeitos concretos dessas narrativas sobre práticas institucionais ou decisões judiciais, aspectos que demandariam estratégias metodológicas distintas, como entrevistas, observação institucional ou análise integral das dissertações.

Em face dos eixos analíticos dispostos no quadro 5 e das dimensões sobre direitos humanos presentes no quadro 6, à luz do institucionalismo discursivo, argumenta-se que:

a) As dissertações que abordam o “Judiciário como poder do Estado” ressaltam discursos sobre governança, *accountability*, independência judicial e legitimidade democrática (ex.: dissertações sobre CNJ, plenário virtual e governança digital). Essas pesquisas revelam o interesse em posicionar o Judiciário como ator político-institucional, capaz de dialogar com agendas de políticas judiciárias. E aqui o eixo analítico está alinhado ao papel do CNJ com a Política Judiciária Nacional Programática, inclusive como indutor de ações que se aproximam do formulador de política pública, ainda que restrita ao campo judicial, mas com impacto no Sistema de Justiça e até mesmo nas políticas públicas;

b) As dissertações sobre o “Judiciário como Sistema de Justiça” colocam o foco em acesso, efetividade e tratamento de conflitos (ex.: dissertações sobre judicialização da saúde, litígios estruturais do Sistema Único de Saúde, precedentes e plataformas extrajudiciais). Nessas, a ideia predominante é a de que o Judiciário deve ser avaliado pela sua capacidade de resposta às demandas sociais, refletindo interesses voltados à eficiência, celeridade e democratização do acesso. Essa produção está alinhada à lente analítica da Justiça Aberta, que propõe modelos de governança democrática à atividade judicante (Bezerra, 2024);

c) Das dissertações que tratam do “Judiciário como instituição profissional”

emergem narrativas ligadas à cultura judicial, práticas decisórias, gênero, inclusão e condições de trabalho (ex.: teletrabalho, participação feminina, voz das mulheres nas medidas protetivas, inclusão de pessoa com deficiência. Essas pesquisas dão visibilidade aos interesses corporativos e profissionais da magistratura, tensionando o equilíbrio entre autonomia individual e responsabilidade coletiva.

Logo, as ideias presentes nas dissertações da ENFAM não são neutras, mas expressam posições normativas e interesses materiais e simbólicos. Como destaca Schmidt (2008), o discurso é fundamental para compreender tanto a reprodução quanto a transformação institucional, pois articula “o que deve ser” (dimensão normativa) com “o que pode ser alcançado” (dimensão estratégica).

Gomes (2018, p. 240) entende que o papel efetivo dos tribunais no aprofundamento democrático depende muito das condições em que é forjada a cultura judiciária. Para a autora o “sistema de formação dos atores judiciais, em especial dos magistrados, pode constituir um dos principais fatores indutores, quer da criação dessa cultura, quer da eficiência e qualidade da justiça”.

Ao aplicar a lente do institucionalismo discursivo na análise da produção científica da ENFAM, essas dissertações permitem identificar ideias e narrativas que dialogam com processos de reprodução e transformação institucional descritos pela literatura, no qual se combinam ideias de eficiência, inovação e inclusão, mas também interesses ligados à preservação da autoridade, à autonomia profissional e à legitimidade institucional.

Ao apontar para diagnósticos, propostas e interpretações sobre o funcionamento da justiça, esses trabalhos contribuem para revelar narrativas sobre o que o Judiciário é, o que deveria ser e quais caminhos institucionais devem ser seguidos. Ainda que a análise aqui empreendida tenha utilizado título, resumo, e introdução, os temas escolhidos permitem inferir sobre ideias recorrentes nos discursos mobilizados pelo Poder Judiciário na promoção de direitos humanos.

CONCLUSÃO

A pesquisa sobre a produção científica do Mestrado Profissional da ENFAM, ao adotar o institucionalismo discursivo como lente analítica, permitiu compreender como as dissertações não apenas analisam o funcionamento do Judiciário, mas participam da construção de narrativas institucionais sobre sua identidade, seus desafios e sua responsabilidade na promoção de direitos e na consolidação de uma justiça democrática. As escolhas metodológicas não permitem aprofundar na análise sobre as disputas internas no campo judicial, mas sim compreender quais temas têm sido mobilizados pelos discentes juízes no programa profissional.

Questões como acesso à justiça, igualdade de gênero, inclusão de grupos vulneráveis, justiça restaurativa e sustentabilidade aparecem de forma recorrente nas pesquisas analisadas. Esses temas indicam que a reflexão acadêmica elaborada por magistrados e atores do Sistema de Justiça dialoga progressivamente com debates contemporâneos sobre democratização da justiça e efetivação de direitos fundamentais.

O conjunto das dissertações revela que o Judiciário é compreendido, ao mesmo tempo, como poder político-institucional, sistema de garantia de direitos e corpo profissional em transformação. Essa multiplicidade de olhares reforça a importância de reconhecer o Judiciário como instituição complexa, atravessada por disputas de ideias, interesses e práticas que moldam sua legitimidade social.

Além das tendências identificadas, a pesquisa também revelou lacunas importantes na agenda investigativa do programa, especialmente quanto a temas como relações raciais, diversidade sexual, migrações e litigância climática. Essas ausências não permitem concluir que tais agendas sejam irrelevantes para a magistratura, mas indicam oportunidades para o desenvolvimento de futuras pesquisas capazes de ampliar o repertório temático da produção científica analisada.

No institucionalismo discursivo, tanto a recorrência quanto a ausência de determinados temas constituem elementos relevantes para compreender os enquadramentos ideacionais predominantes em uma instituição. Assim, o corpus analisado permite não apenas identificar as agendas mais mobilizadas pela

produção científica da magistratura, mas também perceber quais problemáticas permanecem periféricas ou pouco exploradas no interior desse espaço de produção de conhecimento.

É importante que o Mestrado Profissional da ENFAM possa se abrir para o diálogo com atores externos ao sistema de justiça estatal, de forma que o processo de qualificação na esfera da Pós-Graduação *Stricto Sensu* possa, de fato, valendo-se da ponderação de Gomes (2018), fomentar a contribuição do Sistema de Justiça para a promoção da cidadania, a correção das desigualdades e a coesão social. E isso depende muito da capacitação crítica, da qualificação dos atores judiciais, em especial dos magistrados.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para aproximar o campo dos estudos sobre o Poder Judiciário da literatura sobre institucionalismo discursivo, evidenciando como a produção acadêmica da magistratura pode funcionar como espaço de circulação e consolidação de ideias institucionais.

Embora as dissertações analisadas constituam importante espaço de reflexão sobre o Poder Judiciário e revelem tendências discursivas relevantes para a compreensão da agenda institucional da magistratura, também é pertinente reconhecer que programas voltados predominantemente à formação de magistrados podem produzir agendas de pesquisa influenciadas pelo próprio campo profissional em que se inserem.

Essa característica não desqualifica a produção científica examinada, mas recomenda cautela na interpretação de seus resultados, especialmente quanto à generalização das narrativas identificadas para o conjunto do Poder Judiciário. Nesse sentido, estudos comparativos envolvendo programas acadêmicos, outras escolas judiciais e diferentes instituições de formação jurídica poderão aprofundar a compreensão das especificidades e dos limites dessas narrativas institucionais.

Pesquisas futuras podem aprofundar essa agenda investigativa por meio da análise qualitativa integral das dissertações, da comparação com outros programas de pós-graduação voltados à magistratura e do exame de como essas ideias se traduzem em práticas institucionais concretas no funcionamento dos tribunais. Tais

caminhos podem contribuir para compreender com maior profundidade o papel da produção acadêmica da magistratura na transformação do Sistema de Justiça.

Dessa forma, a produção científica da magistratura revela-se não apenas um espaço de reflexão acadêmica, mas permite refletir sobre como o Judiciário reproduz ideias e narrativas sobre seu papel na promoção de direitos humanos e na sua função democrática. Isto não quer dizer ausência de conflito no discurso, mas permite compreender que alguns temas são mobilizados como estratégia de reprodução de ideias inseridas no campo acadêmico profissional da escola de formação judicial.

REFERÊNCIAS

- ALVES DA SILVA, P. E.; ARENA FILHO, P. R. Ser Juiz Ou Ser Gestor - Percepções e Práticas de Gestão Judiciária na Magistratura Estadual, Federal e do Trabalho no Estado de São Paulo. **Direito Público**, [S. l.], v. 17, n. 91, 2020. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3449> . Acesso em: 24 ago. 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEZERRA, André Augusto Salvador. **A Sociedade na Justiça**. São Paulo: Amanuense, 2024.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- CAMPBELL, J.L. *Ideas, politics, and public policy*. **Annual Review of Sociology**, v. 28, n. 1, p. 21–38, ago. 2002.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Mestrado Profissional – o que é?** 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/mestrado-profissional-o-que-e>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. *The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields*. **American**

Sociological Review, v. 48, abril, pp. 147-160, 1983.

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS (ENFAM). Site. **Pós-Graduação. Mestrado Profissional. Área de concentração.** 2025a. Disponível em: <https://www.enfam.jus.br/pos-graduacao/mestrado-profissional/area-de-concentracao/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS (ENFAM). Site. **Pós-Graduação. Mestrado Profissional. Linhas de Atuação.** 2025b. Disponível em: <https://www.enfam.jus.br/pos-graduacao/mestrado-profissional/linhas-de-atuacao/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS (ENFAM). Site. **Pós-Graduação. Mestrado Profissional. Dissertações.** 2025c. Disponível em: <https://www.enfam.jus.br/pos-graduacao/mestrado-profissional/dissertacoes/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS (ENFAM). Site. **Pós-Graduação. Mestrado Profissional. Processo Seletivo. Discentes.** 2025d. Disponível em: <https://www.enfam.jus.br/pos-graduacao/mestrado-profissional/processo-seletivo/discentes/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

FABIANI, Emerson Ribeiro; TORMIN, Mateus Matos. Não fale do Elon Musk! A pesquisa jurídica no mestrado profissional. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 19, e2327, p. 1-27, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/revdireitogv/article/view/89835/84313>. Acesso em: 10 jun. 2025.

GARAPON, Antoine. **O guardador de promessas: justiça e democracia.** Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

GOMES, Conceição. A formação de magistrados como instrumento de transformação da justiça. **Revista Crítica de Ciências Sociais [online]**, Número especial, p. 237-259, 2018, colocado online no dia 05 novembro 2018, criado a 30 abril 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/7881>. Acesso em: 10 jun. 2025.

IKAWA, Daniela. *The right to affirmative action for blacks in Brazilian universities.* **The Equal Rights Review**, n. 3, p. 31-46, 2009. Disponível em: <https://www.equalrightstrust.org/ertdocumentbank/daniela%20ikawa.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2026.

MORETTI, B.; MELO, E. B. B. DE. Políticas públicas e linguagem: o papel das definições oficiais para a construção das capacidades estatais. **Sociedade e**

Cultura, v. 20, n. 1, 26 dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/50854>. Acesso em: 23 maio 2024.

PERISSINOTTO, Renato; STUMM, Michelli Gonçalves. A virada ideacional: quando e como ideais importam. **Revista de Sociologia e Política**. v. 25, n. 64, pp. 121-148, dez. 2017.

PINTO JUNIOR, Mario Engler. Pesquisa jurídica no mestrado profissional. **Revista Direito GV**, v. 14, n. 1, p. 27–48, jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6172201802>. Acesso em: 01 jun. 2025.

RODRÍGUEZ-GARAVITO, César. *Beyond the courtroom: the impact of judicial activism on socioeconomic rights in Latin America*. **Texas Law Review**, v. 89, p. 1669-1698, 2011. Disponível em: <https://gretchen.law.nyu.edu/fac-articles/973/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MARQUES, Maria Manuel Leitão; PEDROSO, João; FERREIRA, Pedro Lopes. **Os tribunais nas sociedades contemporâneas: o caso português**. Porto: Edições Afrontamento, 1996.

SBIZERA, José Alexandre Ricciardi. **As pesquisas nos mestrados profissionais em direito: ideias, produtos, métodos e limites**. Londrina, PR: Thoth, 2025.

SCHMIDT, Vivien A. *Discursive institutionalism: the explanatory power of ideas and discourse*. **The Annual Review of Political Science**, v. 11, 2008, p. 303-326. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228283584_Discursive_Institutionalism_The_Explanatory_Power_of_Ideas_and_Discourse. Acesso em: 07 out. 2024.

SCHMIDT, Vivien A. *Taking ideas and discourse seriously: explaining change through discursive institutionalism as the fourth “new institutionalism”*. **European Political Science Review**, 2:1, p. 1-25, 2010.

TOMAZINI, Carla. As Análises cognitivas de políticas públicas: uma agenda de pesquisa. **Revista Política Hoje**. v. 27, n. 1, p. 25-41, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/239107>. Acesso em: 21 nov. 2023.

TOMAZINI, Carla. Mudança de políticas públicas: a força das ideias. In: OLIVEIRA, O. P. DE; HASSENTEUFEL, P. (Eds.). **Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2021. p. 201–223. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6338>. Acesso em: 21 nov. 2023.